

DES P 49. 17/01/88 ANC X

Agora, uma frente agropecuária

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Mais de cem constituintes estão articulando na Frente Parlamentar da Agricultura para defender os interesses de outra frente: a Frente Ampla da Agropecuária Brasileira. Uma das propostas que mobiliza o setor é a reivindicação de uma política agrícola sem a intervenção do Estado. As informações são do presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras, Roberto Rodrigues, que, no final da semana passada, reuniu-se com a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Federação de Cooperativas de Trigo (Fecotrigo), UDR, Associação Brasileira de Indústrias de Oleos

Vegetais (Abiove) e outras entidades que formam o grupo para detalhar dois anteprojetos de lei sobre essa política.

Segundo Roberto Rodrigues o primeiro anteprojeto servirá de base a uma lei complementar, que orientará as diretrizes gerais da política agrícola e a intervenção do governo na economia do setor. O segundo, determinará quais os instrumentos que farão parte da política agrícola. "Esses instrumentos existem, como a política de preços mínimos, créditos agrícolas e outros. O problema é que são usados ao sabor das circunstâncias e dos governos que assumem o poder", argumentou Rodrigues.

O presidente da OCB disse que os pontos principais, dessa política passam pela preservação da renda do produtor rural, com nova orientação dos mercados agrícolas, que implica a liberação desses mercados, e a garantia do abastecimento por parte do governo, com a formação de estoques de emergência.

Até agora, as propostas das duas frentes estão reunidas na emenda do deputado José Egreja (PTB-SP). Segundo Rodrigues, essa emenda vai de a todos os produtores rurais. Ele defendeu a transferência de todo o setor de abastecimento e a política de preços mínimos agrícolas do Ministério da Fazenda para o da Agricultura.